



Revista Ceres

ISSN: 0034-737X

ceresonline@ufv.br

Universidade Federal de Viçosa

Brasil

Lima, Filipe Augusto Xavier; Paludo Vargas, Letícia  
Alternativas socioeconômicas para os agricultores familiares: o papel de uma associação  
agroecológica  
Revista Ceres, vol. 62, núm. 2, marzo-abril, 2015, pp. 159-166  
Universidade Federal de Viçosa  
Viçosa, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305238433005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# **Alternativas socioeconômicas para os agricultores familiares: o papel de uma associação agroecológica<sup>1</sup>**

*Filipe Augusto Xavier Lima<sup>\*2</sup>, Letícia Paludo Vargas<sup>3</sup>*

<http://dx.doi.org/10.1590/0034-737X201562020005>

## **RESUMO**

Este trabalho descreve a evolução e as características de uma associação agrícola, tendo como referência a Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde e seus associados. São evidenciadas, ainda, as principais motivações que levam os agricultores a adotarem os princípios da Agroecologia em suas unidades produtivas. Que características podem ser observadas na construção do associativismo agrícola entre os agricultores? Qual o papel de uma associação de agricultores de base agroecológica? Quais as principais motivações que os agricultores encontram para fazer parte de associações dessa natureza? Para responder a essas questões, elegeu-se como objeto de estudo um grupo de agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, Pernambuco, que vem vivenciando, desde a década de 1990, um processo de transição agroecológica. Por esse meio, constata-se, entre os agricultores, uma preocupação permanente em garantir a reprodução da unidade familiar pautada numa melhor qualidade de vida, em que se evidencia a presença de valores socioeconômicos, mas também o resgate de valores de cunho cultural e ambiental. É possível constatar, também, a importância decisiva do papel da Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde junto aos agricultores familiares do município, sem a qual, os agricultores dificilmente poderiam viabilizar a sua produção com base na Agroecologia.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, crédito, extensão rural, Pronaf.

## **ABSTRACT**

### **Socioeconomic alternatives to family farmers: the role of agro-ecological association**

This paper describes the evolution and characteristics of an agricultural association, with reference to the Association for Sustainable Rural Development in Serra da Baixa Verde and its associates. The main motivations that induce farmers to adopt the principles of agroecology in their production units are also highlighted. What characteristics can be observed in the construction of agricultural associations among farmers? What is the role of an association of farmers based on agroecology? What are the main motivations of farmers to take part in this kind of associations? To answer these questions, a group of family farmers in the municipality of Santa Cruz da Baixa Verde in the State of Pernambuco was elected as the object of study. This family has been experienced a process of agroecological transition since the 1990s. By this means, it can be noted, among farmers, a permanent concern to ensure the reproduction of the family unit guided in a better quality of life, which is evident in the presence of

Submetido 18/06/2013 e aprovado 24/03/2015.

<sup>1</sup>Este trabalho é parte da dissertação de mestrado do primeiro autor.

<sup>2</sup>Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.  
filipeaxlima@hotmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.  
leticavargas@zootecnista.com.br

<sup>\*</sup>Autor para correspondência: filipeaxlima@hotmail.com

socioeconomic values, but also the recovery of cultural and environmental values. It can be also observed, the critical importance of the role of the Association for Sustainable Rural Development of Serra da Baixa Verde to the farmers in the municipality, without which, the farmers could hardly make possible their production based on Agroecology.

**Key words:** credit, extension, family farming, Pronaf.

## INTRODUÇÃO

A relação entre associativismo e agricultura familiar vem ganhando destaque nos mais diversos cenários rurais do País, principalmente pela forte competitividade que caracteriza a globalização da economia nos últimos anos. Nesse contexto, a união de forças por via do associativismo e do cooperativismo pode ser considerada uma alternativa viável para a sustentabilidade das unidades produtivas e das atividades agropecuárias dos agricultores.

Como observam Pires *et al.* (2009), essa relação entre associativismo e agricultura familiar foi, durante as últimas décadas, uma preocupação presente nas políticas públicas brasileiras voltadas ao meio rural. Rech (2000), por sua vez, chama a atenção para as vantagens do modelo cooperativo e para suas possibilidades de barganhar melhores preços dos produtos ofertados, diversificar a produção, obter melhores condições de crédito e de eliminar os intermediários. Neste sentido, ainda conforme Rech (2000), o associativismo agrícola vem-se tornando uma alternativa para os agricultores, no que diz respeito a sua inserção nos mercados locais e globais.

Um exemplo desse leque de possibilidades proporcionado pelo associativismo agrícola será situado nesse artigo, a partir da experiência da Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde), localizada no município de Triunfo, Pernambuco. Os agricultores dessa associação participam de um processo de transição agroecológica que contou, inicialmente, com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Triunfo, do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (Deutscher Entwicklungsdienst – DED) e do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, durante a década de 1990. A associação tinha, entre seus objetivos: o de desenvolver atividades agrícolas que gerassem renda e preservassem o meio ambiente, promover a organização dos agricultores, trabalhar o processo de beneficiamento e comercialização da produção e incentivar a integração de jovens e mulheres ao trabalho.

Atualmente, observa-se, na Adessu Baixa Verde, uma tendência de aumento do número de agricultores e das

práticas agroecológicas, motivadas, principalmente, pelos estímulos dados pelas prefeituras de Santa Cruz da Baixa Verde e de municípios vizinhos, que incentivam o abastecimento com base em produtos orgânicos. Além disso, merecem destaque as políticas instituídas pelos Governo Federal e Estadual para compra dos produtos oriundos da agricultura familiar, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para programas específicos, como o de Aquisição de Alimentos (PAA), que atende ao Programa Fome Zero e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). É importante destacar que os produtos orgânicos recebem um pagamento diferenciado pela Conab, em que o valor chega a 30% a mais em relação aos alimentos convencionais.

A partir dessa realidade, cabe questionar: que características podem ser observadas na construção do associativismo agrícola entre os agricultores familiares, qual o papel de uma associação de agricultores familiares de base agroecológica e quais as principais motivações que os agricultores encontram para fazer parte de associações dessa natureza?

Assim, este trabalho tem como principal objetivo descrever a evolução e as características de uma associação agrícola, tendo como referência a experiência da Adessu Baixa Verde e de seus associados. São evidenciadas, ainda, as principais motivações que levaram os agricultores do município de Santa Cruz da Baixa Verde a adotarem os princípios da Agroecologia em suas unidades produtivas e tornarem-se associados da Adessu Baixa Verde, bem como alguns avanços e dificuldades enfrentadas nessa experiência.

### *O associativismo e o trabalho coletivo entre os agricultores*

No Brasil, o modelo de agricultura predominante, pautado nos pressupostos da Revolução Verde, tem excluído, sistematicamente, uma gama de agricultores que não conseguem responder às crescentes necessidades de aumento de produção agrícola, principalmente aqueles que produzem de forma individual (Silveira *et al.*, 1999). Na busca de alternativas para enfrentar esse processo de exclusão, diversos agricultores e trabalha-

dores rurais têm-se organizado, por meio do trabalho coletivo, com o objetivo de enfrentar as exigências do modelo agrícola atual ou têm lutado conjuntamente por mudanças nesse modelo (Silveira *et al.*, 1999).

Entre as alternativas encontradas para enfrentar os problemas de exclusão vivenciados pelos agricultores familiares, Picolotto & Diesel (2004) destacam, como estratégias coletivas de resistência dos agricultores, a criação de associações de produtores para formação de agroindústrias e de cooperativas, para viabilizar a diversificação e o beneficiamento da produção. Do mesmo modo, é também ressaltada a importância da construção de cooperativas de crédito para facilitar a captação de crédito e subsídios estatais e constituição de terminal direto para comercializar os produtos das agroindústrias familiares. Essas iniciativas podem resultar em experiências de sucesso, no que diz respeito à construção de um novo modelo de desenvolvimento rural (Brose, 2000; Abramovay, 2001).

Embora se admita que as formas de organização coletiva no meio rural brasileiro já existam desde o período colonial, reconhece-se que, especialmente a partir da década de 1990, as associações de agricultores vêm conquistando cada vez mais espaço no País, sobretudo na esfera governamental (Silveira *et al.*, 1999). Pois, como admitem Callou & Tauk Santos (2008), a temática do associativismo nos últimos anos passou a assumir uma relevância sem precedentes no âmbito governamental brasileiro, haja vista sua constante presença nos discursos e possibilidades de financiamentos produtivos e infraestruturais, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), particularmente nas questões voltadas ao associativismo e à economia solidária.

Inclusive, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural de 2004 (Pnater), que, como sublinha Pires *et al.* (2009), propõe-se a apoiar as iniciativas voltadas para a comercialização dos produtos procedentes da agricultura familiar e sua inserção nos mercados, centrando suas ações numa metodologia participativa e no estímulo às atividades de base agroecológica. Esse estímulo fica evidenciado em um dos objetivos da Pnater: “Incentivar a construção e consolidação de formas associativas que, além de criar melhores formas de competitividade, sejam geradoras de laços de solidariedade e fortaleçam a capacidade de intervenção coletiva dos atores sociais como protagonistas dos processos de desenvolvimento rural sustentável” (Brasil, 2004).

Sabourin (2009) chama a atenção para o fato do expressivo crescimento das associações de produtores nos últimos 30 anos. Ainda de acordo com esse autor, três

fatores foram fundamentais para o surgimento da maioria das associações no País: a necessidade das comunidades de poder contar com representações jurídicas; a atuação de atores externos, como a Igreja, as ONGs, os serviços de extensão rural e os projetos públicos; a existência de apoios ou financiamentos reservados para projetos associativos comunitários (Sabourin, 2009). Para Silveira *et al.* (1999), essas organizações procuram tomar iniciativas de cooperação na tentativa de superar a marginalidade em diversas esferas (técnica, econômica, política, social etc.). Na concepção dos autores, de maneira geral, as associações agrícolas apresentam as seguintes finalidades: “Transformar, através da união, os pequenos agricultores dispersos, em uma força coesa, principalmente nas relações políticas e econômicas, sobretudo nas esferas de comercialização (de insumos e produtos), do processamento primário (leite, frutas, verduras e carnes, principalmente, da prestação de serviços etc. [...] Enfrentar problemas de diferentes ordens: de ordem política, relacionados à exclusão da grande maioria dos agricultores nos processos decisórios, isto é, a busca de espaços de participação democrática; e de ordem econômica, e os que se referem à busca de formas de cooperação que se constituam em formas de alternativas minimizadoras do processo de exclusão” (Silveira *et al.*, 1999).

Para Silveira *et al.* (1999), as associações proporcionam aos pequenos agricultores uma escala operacional mais compatível com os padrões técnicos e econômicos exigidos pelo sistema capitalista. Ao que De Lannoy (1987) complementa, afirmando que as associações podem se tornar um meio efetivo para reduzir os custos e as exigências de escala da tecnologia moderna, tornando viáveis certos meios de produção, na medida em que possibilitam, indiretamente, uma melhor ocupação e rentabilidade da força de trabalho disponível nas famílias agricultoras.

Com relação à origem dessas organizações, Ribeiro (1993) afirma que elas tanto podem ser classificadas como associações criadas de forma clientelística e paternalista, como podem ser associações criadas por iniciativas não governamentais e autônomas. Quase sempre, as primeiras são criadas por agências de governo ou de caridade, quando existem recursos disponíveis de algum projeto a ser distribuído e, não raramente, se transformam em associações fantasmas, pois possuem registro formal, mas sem nenhuma atuação de fato.

A segunda forma é aquela em que os grupos buscam a participação de seus associados ou beneficiários. Além disso, esse tipo de associação possui expectativas mais amplas do que um único projeto ou momento, e, portanto, possuem legitimidade do ponto de vista de participação dos associados. Este segundo tipo de associação,

ainda de acordo com Ribeiro (1993), atua de forma independente, mesmo que seu grupo organizado receba algum tipo de apoio de agências governamentais ou de outras entidades não governamentais, pois, como foi dito anteriormente, essas associações buscam se fortalecer por meio de projetos graduais ao longo do tempo.

Essa última tendência vem sendo particularmente observada desde o final da década de 1970, dando origem a experiências diferenciadas, cuja autonomia e sustentabilidade estiveram muito associadas às oportunidades e assessorias disponibilizadas aos grupos, ainda segundo Ribeiro (1993). É dentro desse segundo perfil de entidades que pretende-se situar a associação envolvida no processo de transição agroecológica desenvolvido por agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, a Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde), considerando que lá são identificadas uma efetiva participação de seus associados e autonomia na realização de seus projetos.

## MATERIAL E MÉTODOS

Elegeu-se como objeto de estudo um grupo de agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, Pernambuco, associados à Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde), que vem vivenciando, desde a década de 1990, um processo de transição agroecológica. Este município é particularmente ilustrativo para essa pesquisa, por contar com a maior parte de sua população (55%) ainda inserida no meio rural (IBGE, 2010) e por registrar experiências de transição agroecológica com graus variados de estádios.

Realizou-se a pesquisa por meio de visitas aos agricultores do município de Santa Cruz da Baixa Verde, para observação direta da rotina dos trabalhos de produção e comercialização ali desenvolvidos. Na ocasião, foram feitas entrevistas seguidas de conversas informais com agricultores, com o presidente e o secretário da Adessu Baixa Verde, esses dois últimos, considerados fontes-chave para esta pesquisa, pois possuem conhecimentos relevantes sobre o tema em estudo ou estão, na sua comunidade ou no seu grupo social, em posição de fornecer dados que outras pessoas desconhecem total ou parcialmente.

De um total de 45 agricultores familiares ligados à Adessu Baixa Verde, 16 residem no município de Santa Cruz da Baixa Verde. Destes, 11 participaram do universo dos entrevistados da pesquisa e foram escolhidos com o apoio das fontes-chave. Optou-se por trabalhar com os associados que tivessem características homogêneas em seus sistemas de produção e que apresentassem

potencialidades e restrições semelhantes nas suas estratégias produtivas, na composição da renda familiar, na capitalização, nas mudanças ocorridas nas técnicas agrícolas, na forma de acesso à terra, aos recursos naturais, ao financiamento e aos serviços públicos.

As entrevistas aconteceram com os representantes das 11 famílias, nas suas propriedades e na sede da associação, local onde costumam se reunir. Ao mesmo tempo, foram feitos registros fotográficos da comercialização dos produtos dos agricultores familiares na Feira Agroecológica realizada no município de Serra Talhada.

Obteve-se uma amostra bastante heterogênea, na medida em que, dentre os entrevistados, incluem-se tanto agricultores associados desde a fundação da Adessu Baixa Verde e do início do processo de transição agroecológica, na década de 1990, quanto aqueles que participam há apenas dois anos dessa experiência. Além disso, é importante ressaltar que, em relação aos representantes das famílias entrevistadas, houve a preocupação também de se incluírem mulheres e jovens entre os informantes, embora este trabalho não tenha por objetivo analisar questões referentes à juventude e ao gênero. A sua inclusão deveu-se à possibilidade de ampliar o leque de informação, incluindo outros olhares.

Foram, ainda, realizados levantamentos de dados nos acervos das Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam no processo de transição agroecológica do município, bem como realizadas entrevistas com gestores, assessores e técnicos envolvidos com essas ONGs, a fim de se obter a identificação das estratégias desenvolvidas para a ampliação das práticas agroecológicas e o fortalecimento da agricultura familiar no município.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde) é uma organização de agricultores agroecológicos, que atua nos municípios de Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde, Estado de Pernambuco. Foi fundada no ano de 1996, como resultado da mobilização dos agricultores familiares dos municípios supracitados, a partir de reuniões para discussão das condições da atividade agrícola e pecuária da região. Os problemas na liberação de créditos, a assistência técnica insuficiente e o baixo valor na comercialização dos produtos eram alguns dos pontos discutidos nessas reuniões.

Nesses encontros iniciais, participaram 12 famílias de agricultores, que tiveram o apoio do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Triunfo e do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (Deutscher

Entwicklungsdiest – DED) (Associação, 2003). A principal motivação coletiva para a criação da Adessu Baixa Verde está relacionada com os efeitos perversos provocados pela modernização da agricultura. A poluição ambiental, o esgotamento dos recursos naturais e a erosão e degradação dos solos agrícolas foram alguns dos problemas recorrentes, devidos, principalmente, à agroindústria canavieira, que procurava expandir a atividade na região.

As consequências desse processo no município em estudo foram graves, pois geraram riqueza somente para alguns agricultores capitalizados, reafirmando, assim, a exemplo do modelo implementado no meio rural brasileiro, um desenvolvimento desigual e excluente. Essas consequências, de acordo com Sabourin (2009), contribuíram para tornar cada vez mais evidente a diferença entre as duas formas de agricultura presentes no País: de um lado, a agricultura moderna, tecnificada, capitalizada, patronal, e, do outro, a agricultura tradicional, de subsistência, a familiar.

É nesse contexto que surge a Adessu Baixa Verde, como uma reação dos agricultores familiares ao processo de exclusão no campo, principalmente daqueles menos capitalizados. A preocupação com o futuro dos agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, diante dos impasses provocados pelo modelo de modernização da agricultura, foi um dado que se destacou no discurso da agricultora I, como sendo um requisito essencial para o surgimento da Adessu Baixa Verde. “Nós, os pequenos agricultores, não tínhamos como competir com os grandes. Não tinha espaço nos mercados, nossa produção se perdia. [...] Sem falar nos problemas ambientais que a gente enfrentava também, o solo era todo degradado. Tinha que ser feita alguma coisa, então os próprios agricultores junto com o Sindicato tiveram a iniciativa de se mobilizar, para mudar esse quadro (Agricultora I)”.

Grosso modo, os agricultores tinham como motivação desenvolver atividades agrícolas que gerassem renda e preservassem o meio ambiente; promover a organização dos agricultores; trabalhar o processo de beneficiamento e comercialização da produção; e incentivar a integração de jovens e mulheres ao trabalho (Associação, 2003).

No ano de 1998, a Adessu Baixa Verde concluiu seu primeiro projeto de implantação de sistemas agroflorestais, utilizando técnicas sustentáveis de manejo, por meio do qual foram adquiridas estacas de plantas nativas e frutíferas e raquetes de palma e foi construído um viveiro de 22 mil mudas de café, em parceria com a Prefeitura de Santa Cruz da Baixa Verde (Associação, 2003). A realização desse projeto, segundo o agricultor A: “se deveu ao fato de a Adessu ter procurado incluir o máxi-

mo de agricultores familiares do município dentro da proposta agroecológica.”

E como atesta ainda esse agricultor: “Aqueles que não realizavam nenhuma prática agroecológica, nem entendiam nada sobre Agroecologia, passaram a querer implantar uma agrofloresta na sua propriedade, por causa da Adessu (Agricultor A)”.

No ano de 1999, a Adessu Baixa Verde administrou recursos destinados à construção de cisternas de placas, por meio do Programa Comunidade Solidária, beneficiando famílias dos municípios de Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde, entre elas 22 sócias da associação.

A partir desse projeto, foi iniciado o Fundo Rotativo de Cisternas, no qual cada família beneficiada se responsabilizava por repassar 50% do valor do material em 25 parcelas. Com isso, a instituição passou a gerenciar recursos da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), para a construção de cisternas de placas. A Adessu passou também a promover encontros sobre gerenciamento de recursos hídricos com as famílias beneficiárias, capacitação, discussões sobre a importância da preservação do meio ambiente e da participação das mulheres e jovens (Associação, 2003).

Além dos sistemas agroflorestais, outras práticas agroecológicas também foram incorporadas, ao longo do tempo, pelos agricultores de Santa Cruz da Baixa Verde, em suas propriedades, dentre as quais, destacam-se: o policultivo, que é um sistema que pode apresentar diferentes arranjos espaciais, desde a simples combinação de duas espécies até sistemas mais complexos, com a existência de várias espécies em determinada área agricultável (Altieri, 2009); a rotação de culturas, que é um sistema em que diferentes cultivos crescem em uma mesma área, sucedendo-se uns aos outros, em uma sequência definida, e cultivos de cobertura, que é o nome dado ao plantio de leguminosas, cereais ou qualquer outra mistura apropriada, no estrato inferior das plantações, pomares e parreirais.

Isso fez com que agricultores que produziam de maneira convencional procurassem a Adessu Baixa Verde para se associar em torno de um trabalho conjunto. A partir dessas experiências iniciais, a associação estruturou-se e pôde proporcionar outras alternativas para a agricultura familiar do município. É importante destacar que, atualmente, a Adessu Baixa Verde ainda conta com a parceria do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, assessorando as famílias agricultoras e disseminando os princípios da Agroecologia e dos sistemas agroflorestais na região.

Dessa parceria e em cooperação com a agência de desenvolvimento alemã Kindernothilfe (KNH), foi criada uma agroindústria na associação, para o processamento da cana-de-açúcar e beneficiamento das frutas,

o que, com efeito, veio a consolidar a agricultura familiar e a geração de renda, com a comercialização do excedente da produção. A unidade de processamento vem produzindo derivados do caldo de cana, como rapadura, mel e açúcar mascavo, e fabricando algumas polpas de frutas, em que os agricultores envolvidos participam de todas as etapas de produção, desde a produção da matéria-prima até a sua comercialização.

Além de atuar dentro dos princípios da Agroecologia e na multiplicação dos sistemas agroflorestais, a Adessu Baixa Verde trabalha buscando o melhoramento da produção dos agricultores associados, de maneira a agregar mais valor aos seus produtos. Para a realização desses objetivos, identifica-se, na Adessu Baixa Verde, toda uma dinâmica de práticas de cooperação no âmbito produtivo, ou seja, práticas que se constituam em estratégias de resistência ao processo de exclusão da unidade produtiva e que possam superar a marginalidade nos planos técnicos e econômicos dos agricultores (Silveira *et al.*, 1999).

Assim sendo, a Adessu Baixa Verde, dentro dos princípios da Agroecologia, estimula a prática de produção sustentável, incentiva a preservação dos recursos naturais, proporciona troca de experiência entre os agricultores, participa da organização de feiras agroecológicas, apoia a participação de jovens e mulheres, presta serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, viabiliza condições de produção (máquinas, implementos, transporte e agroindústria) e busca a realização de cursos em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Serviço Nacional de Aprendizagem Commercial (Senac) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Avaliando os aspectos positivos desde a criação da Adessu Baixa Verde, um agricultor elencou os seguintes pontos: “A Adessu fez com que nós não precisássemos mais procurar o atravessador. Aqui, nós conseguimos escoar a nossa produção de forma tranquila. Ela também proporciona para os agricultores uma série de cursos, via Senar, Senac e Sebrae, sobre associativismo, cooperativismo, planos de negócio, beneficiamento de produção, etc. Além da questão dos preços do produto, que através da Adessu são comprados pelo valor justo, principalmente para os programas do governo (Agricultor F)”.

Atualmente, a Adessu Baixa Verde conta com 45 agricultores, dos quais 16 residem no município de Santa Cruz da Baixa Verde e 29 no município de Triunfo. O agricultor A relata que esse número já foi maior, informando que a Adessu Baixa Verde já chegou a ter 67 associados, no período de 2001 a 2003. Nos últimos anos, o corpo social tem oscilado entre 40 e 47 membros. O agricultor cita ainda os principais motivos que fizeram com que esse número variasse ao longo dos anos: “Já

entraram vários tipos de pessoas na associação, o número máximo de associados que eu lembro foi de 67 agricultores. [...] Diminuiu porque muitos desses agricultores não atenderam às exigências da Adessu e do Centro Sabiá para serem considerados como orgânicos e eles usavam produtos que não eram permitidos. [...] Também teve agricultor que entrou na associação somente para ser beneficiado por algum programa que já estava em andamento. Teve agricultor que entrou pra ter uma cisterna construída na sua propriedade, e depois deixou de participar da Adessu (Agricultor A)”.

Ao lado disso, é importante destacar que alguns dos agricultores ligados à Adessu Baixa Verde, especialmente aqueles que estão há mais tempo no quadro de sócios, expressam em seus discursos um forte sentimento de pertencimento à associação, como enfatizado a seguir: “Quem faz a Adessu somos nós associados, e não a sede dela. A Adessu trabalha para ajudar, mas a gente tem que fazer a nossa parte (Agricultor H)”.

Isso porque manter-se no quadro de associados da Adessu passou a ser particularmente interessante para os agricultores, principalmente a partir da firmação de contratos entre a Adessu e programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), como forma de assegurar a comercialização de boa parte da produção dos associados. Essa expectativa se reflete neste depoimento: “O restante do que eu vendo para os consumidores, eu entrego tudo para a Adessu, para ela repassar para o Pnae e para o PAA. Isso é muito bom, porque é um dinheiro certo que a gente recebe. [...] A Adessu é muito importante na venda. Ela organiza tudo na venda para o governo. A gente entrega o produto, pega o recibo e depois vem buscar o dinheiro. O dinheiro é liberado por mês, tudo certinho, aí eu venho buscar (Agricultor H)”.

Nesse sentido, como observa Gliessman (2001), os produtores agrícolas têm fama de ser inovadores e experimentadores de novas práticas, quando motivados pela possibilidade de ganhar algum benefício adicional. Essa afirmação nos parece pertinente para justificar a opção de alguns agricultores, quando da realização de práticas agroecológicas em sua propriedade. Essas possibilidades de lucros ficam evidenciadas nas seguintes palavras: “O que motivou as mudanças no meu plantio foi a expectativa de uma alimentação mais saudável; de ter os próprios recursos pra plantar na minha própria propriedade. Eu visei também, como alternativa financeira, as vendas para os programas do Governo. Eu vi a oportunidade de melhorar minha renda com isso (Agricultor B)”.

Nesse contexto, Silveira *et al.* (1999) observam que as associações de agricultores devem ser compreendi-

das como resposta a uma situação em que o produtor isolado não consegue atender às demandas e exigências das políticas públicas e dos mercados. A criação dessas associações, como a Adessu Baixa Verde, além de atender às demandas dos agricultores, é capaz de viabilizar a produção diante dos altos custos de produção, das exigências tecnológicas e das dificuldades de comercialização, questões que tendem a ser reforçadas por Pires (2005), ao afirmar que iniciativas de organização coletiva dessa natureza se constituem como um canal importante de produção, de organização da produção, de agregação de valor e de comercialização da produção.

O número de agricultores familiares que desenvolvem sistemas de produção de base ecológica no município de Santa Cruz da Baixa Verde, a partir da transição, vem crescendo cada vez mais nos últimos anos, a exemplo do número de agricultores associados da Adessu Baixa Verde, que passou de 12 para 45 desde a sua criação, no ano de 1996. Além disso, o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Serra da Baixa Verde,<sup>4</sup> que conta com a parceria do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, abrange um universo de mais de 200 famílias da região.

Mais recentemente, os associados da Adessu fundaram a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar Agroecológica (Coopcafa), com o objetivo de concretizar o controle sobre todo o processo produtivo, de transformação e de comercialização da produção agroecológica proveniente da agricultura familiar do município. Dessa maneira, as experiências iniciais de valorização da produção agroecológica em Santa Cruz da Baixa Verde passaram a contribuir consideravelmente com a geração de renda dos agricultores familiares do município.

## CONCLUSÕES

Neste trabalho, buscou-se entender como se vem dando o associativismo agrícola entre os agricultores familiares do município de Santa Cruz da Baixa Verde, em Pernambuco, destacando, para isso, a experiência de agricultores ligados à Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde).

Os dados revelam que a transição agroecológica requer um saber próprio relacionado com a agricultura sustentável e todo um procedimento de implementação de um processo produtivo em novas bases teórico-

metodológicas, o que, por conseguinte, não lhe confere um caráter simples e de fácil execução, razão pela qual não se processa longe de entraves e de conflitos. Este é um dos motivos que justificam uma adoção gradual por parte dos agricultores.

Além da necessidade de apropriação de um saber atrelado ao manejo agroecológico, a Adessu Baixa Verde apoia-se também numa forte motivação por parte dos agricultores familiares do município para realizar a transição agroecológica e praticar formas de agriculturas mais sustentáveis, motivação esta que pode estar associada às mais variadas questões, como o desejo de manter a propriedade livre de produtos químicos e de insumos externos ou até a busca de maiores rendimentos econômicos.

Seja por uma razão ou por outra, constata-se, entre os agricultores entrevistados, uma preocupação permanente em garantir a reprodução da unidade familiar pautada numa melhor qualidade de vida, em que se evidencia a presença de valores socioeconômicos, mas também o resgate de valores de cunho cultural e ambiental.

É possível constatar, também, a importância decisiva do papel da Adessu Baixa Verde junto aos agricultores familiares do município, sem a qual, os agricultores difficilmente poderiam viabilizar a sua produção com base na Agroecologia. Ao mesmo tempo, observa-se que o associativismo agrícola, como alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar, necessita de relevante apoio, tanto interno como externo, das diversas organizações e instituições voltadas para o desenvolvimento rural sustentável.

Apesar disso, ao confronta-se os limites e potencialidades do associativismo agrícola no caso estudado, os aspectos positivos sobressaem-se nessa experiência, seja em termos de aumento da renda, preservação ambiental, criação de espaços de comercialização por meio das feiras agroecológicas e participação nos programas governamentais de aquisição de produtos. O que, por conseguinte, representa elementos importantes para se pensar o desenvolvimento rural sustentável no nordeste brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- Abramovay R (2001) Nova Dimensão para as Pequenas Propriedades Rurais. Disponível em: <<http://www.econfea.usp.br/>>. Acessado em: 09 de julho de 2014.
- Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (2003) Agricultura familiar, agroflorestação e organização de agricultores e agricultoras. Disponível em: <<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=89>>. Acessado em: 03 de janeiro de 2013.
- Altieri M (2009) Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5<sup>a</sup> ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS. 110p.

<sup>4</sup> Esse projeto teve como principal desafio instalar uma agroindústria familiar, onde se destacam a produção de rapadura e de mel de engenho, produtos oriundos de cana-de-açúcar plantada em base ecológica nos sítios dos agricultores familiares. Vale destacar que alguns agricultores vêm realizando, além da produção, o processamento de alimentos em sua propriedade. Para eles, a opção tem sido comercializar os seus produtos em feiras agroecológicas da região, melhorando o acesso à renda e fortalecendo a economia da região.

- Brasil MDA (2004) Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, Secretaria da Agricultura Familiar. 22p.
- Brose M (2000) Fortalecendo a Democracia e o Desenvolvimento Local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul, UNISC. 451p.
- Callou ABF & Tauk Santos MS (2008) Políticas públicas e associativismo agrícola no Nordeste do Brasil. *Revista uniRcoop*, 6:33-47.
- De Lannoy CA (1987) Tecnologia e os Grupos Agrícolas de Exploração Comum. Porto Alegre, Editora da UFRGS. 101p.
- Gliessman SR (2001) Agroecologia: processos produtivos em agricultura sustentável. 2<sup>a</sup> ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS. 637p.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) Censo 2010. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=26](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=26)>. Acessado em: 20 de janeiro de 2013.
- Picolotto EL & Diesel V (2004) Agricultura familiar no Norte do Rio Grande do Sul: A cooperação como estratégia de resistência à proletarização do município de Constantina. In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Produção, Aracaju. Anais, SBSP. p.01-13.
- Pires MLLS (2005) A (re)significação da extensão rural: o cooperativismo em debate. In: Tavares de Lima JR (Ed.) Extensão rural e desenvolvimento sustentável. Recife, Editora Bagaço. p.45-70.
- Pires MLLS, Amorim JBB, Albuquerque PATS & Juste YPV (2009) Cooperativismo, agricultura familiar e redes sociais na reconfiguração dos espaços rurais. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia: Consenso e Controvérsias, Rio de Janeiro. Anais, UFRJ. p.01-23.
- Rech D (2000) Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro, DP&A. 192p.
- Ribeiro E (1993) Fé, produção e política: experiências associativas de campesinos de Minas Gerais. Goiânia, Edições Loyola. 67p.
- Sabourin E (2009) Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro, Garamond. 327p.
- Silveira PR, Neumann PS, Vella HAG, Lago A, Oliveira AE & Peligrini G (1999) A diversidade do associativismo na região do Corede-Centro/RS e sua importância para o desenvolvimento regional. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Foz do Iguaçu. Anais, UFSM. p.01-09.